



## AS TESSITURAS DA MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DO ESPAÇO:

### História oral e patrimônio na Pedreira Prado Lopes

#### 1. NASCIMENTO, ALEXANDRA.

Pesquisadora do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBh). Curso de Arquitetura e Urbanismo. Coordenadora do projeto de pesquisa intitulado “Dilemas e perspectivas dos processos participativos nos projetos de urbanização de assentamentos precários no município de Belo Horizonte: a Pedreira Prado Lopes” (UniBh/FAPEMIG).

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 - Estoril - Belo Horizonte – MG.  
[alexandranascimento@uol.com.br](mailto:alexandranascimento@uol.com.br)

#### 2. OLIVEIRA, ALEX CÉSAR DE.

Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBh). Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 - Estoril - Belo Horizonte – MG.  
[alex\\_cfonsoli@outlook.com](mailto:alex_cfonsoli@outlook.com)

#### 3. BRITO, INGRID NAYARA

Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBh). Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 - Estoril - Belo Horizonte – MG.  
[ingridb.arg@gmail.com](mailto:ingridb.arg@gmail.com)

#### 4. SANTOS, JHONATAN RIBEIRO

Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBh). Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 - Estoril - Belo Horizonte – MG.  
[jhonyrsantos@gmail.com](mailto:jhonyrsantos@gmail.com)

#### 5. D'ANGELO, LETICIA FERREIRA

Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBh). Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 - Estoril - Belo Horizonte – MG.  
[leticia dangelo@gmail.com](mailto:leticia dangelo@gmail.com)

#### 6. RODRIGUEZ, MARTIN NICOLAS

Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBh). Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 - Estoril - Belo Horizonte – MG.  
[martinnrzamit@gmail.com](mailto:martinnrzamit@gmail.com)

#### 7. PESSOA, STENIA CARVALHO

Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBh). Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo.

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 - Estoril - Belo Horizonte – MG.  
[stenia.scp@hotmail.com](mailto:stenia.scp@hotmail.com)

#### 8. OLIVEIRA, TALITA FREITAS DE.

9. Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBh). Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo.

10. Av. Prof. Mário Werneck, 1685 - Estoril - Belo Horizonte – MG.  
[talita\\_oliveiraa@hotmail.com](mailto:talita_oliveiraa@hotmail.com)

## **RESUMO**

Este trabalho, tomando como referência a ampliação do entendimento acerca do patrimônio, tem como objetivo compreender as memórias que constroem a história da Pedreira Prado Lopes, a mais antiga favela de Belo Horizonte. À luz das novas interpretações do patrimônio, que valorizam não somente os vestígios de um passado distante, mas também a contemporaneidade e os processos históricos, as cidades se constituem, a partir de suas tramas feitas e refeitas cotidianamente, espaços que podem ser apreendidos por meio dos valores e sentidos atribuídos a eles pelos diferentes sujeitos. Essas novas interpretações constroem uma nova visão acerca do patrimônio como lugar de memória social, campo de conflito simbólico travado no jogo entre memória e esquecimento, historicamente vencido pelos grupos que podem impor sua memória a toda uma sociedade. A memória social, tessitura da percepção acerca do patrimônio, é portadora de historicidade, construída num terreno de tensões políticas, de possibilidades de exercício de direitos que cada grupo exerce em determinado tempo. Apreender a história da Pedreira Prado Lopes a partir da fala dos moradores acerca do espaço por eles vivenciado, em um contexto de diversas remoções, de intervenções urbanas e da permanência de condições precárias de existência, mantém estreita relação com as perspectivas plurais incorporadas no entendimento acerca do patrimônio cultural, que considera as práticas e suas representações sociais.

**Palavras-Chave:** Pedreira Prado Lopes; patrimônio; memória social; história oral.

## **Introdução**

Na década de 1990 é possível observar um significativo aumento da produção acadêmica e historiográfica sobre as cidades, marcada pela reflexão crítica sobre os impactos da modernidade no cenário urbano. As análises destacam as ambiguidades dos processos de modernização no espaço urbano e seus reflexos na construção das identidades dos seus habitantes. Tais produções destacam, dentre outras reflexões, as transformações, resistências e permanências de práticas culturais de grupos distintos, que, em meio às transformações dos espaços justificadas pela entrada na modernidade, constroem relações distintas com a cidade. Assim, os grupos antes esquecidos pelas análises historiográficas, emergem como protagonistas das novas interpretações sobre a memória, o modo de viver e as práticas culturais dos habitantes que constroem e vivenciam os espaços da cidade.

Ao longo do século XX, no que se referem às políticas públicas, as favelas e seus moradores, foram tratados como um problema a ser resolvido, a partir da disseminação de uma imagem negativa desses espaços como o lugar do perigo, da violência, das epidemias, enfim, do atraso entendido como obstáculo para o progresso. As narrativas sobre esses espaços constroem as representações da "favela" e do "favelado", associadas à ideia de anormalidade e marginalidade. Nesse sentido,

A denominação de favelado, originalmente qualificado de lugar geográfico, passou a representar também um lugar social na pobreza, e morar na favela é sinônimo não apenas de ser pobre e pertencer ao mundo popular, mas também ao mundo dos problemas. Com a crescente difusão da ideia de favela como enclave ou "gueto", como espaço social territorializado, parece reafirmada a ideia da pobreza que gera problemas. Um círculo vicioso que estigmatiza (VALLADARES; COELHO, 1995, p. 65).

Considerando as novas interpretações historiográficas relacionadas aos novos olhares acerca do patrimônio, é possível afirmar que, em meio às diversas remoções, às intervenções urbanas e à manutenção de condições precárias de existência, as favelas (re) significam suas referências culturais e formas tradicionais de associação no contexto da cidade, como parte da resistência a uma posição socialmente marginalizada (ARCANJO, 2017).

## **O direito à memória: cidades, história, patrimônio**

Inaugurada em dezembro de 1897, o projeto do engenheiro Aarão Reis para a nova capital evidencia em seu traçado a segregação socioespacial. Na passagem do século, a política

higienista, matriz ideológica que norteia práticas e discursos, adequava-se ao projeto político-econômico-social subjacente à consolidação da república no país. Em Minas, a capital deveria apresentar um planejamento urbanístico e arquitetônico digno de novos tempos e sua implantação foi marcada pelo completo desprezo pelo antigo arraial do Curral D'El Rey, cujo traçado – bem como parte de sua população – não se adequaria à modernidade materializada nos novos espaços urbanos.

A dimensão autoritária e conservadora do projeto modernizador republicano se fez perceber também na escolha do lugar para implantação da nova capital: se na vida política predominam formas de exclusão e de restrição à participação, só possível por meio de partidos oficiais e estaduais, as exigências acerca dos habitantes da nova cidade seguem a mesma proposta.

A setorização proposta por Aarão Reis é objeto de diversos estudos que abordam a fase inicial de construção da nova capital. Grande parte dessas discussões ressalta o caráter segregador do traçado proposto pelo engenheiro: a zona urbana, não seria destinada a todos os habitantes do Curral D'El Rey, nem àqueles que trabalharam na construção da cidade ou aos pobres em geral, mas aos funcionários transferidos da antiga capital Ouro Preto e aos antigos proprietários do Curral D'El Rey. A nova capital, às vésperas de sua inauguração, ainda guarda estreita relação com o passado, pois seus habitantes continuam rigidamente excluídos.

De acordo com o projeto elaborado com extremo rigor geométrico e científico, a cidade deveria se expandir a partir do centro em direção à periferia, do espaço central ordenado, moderno e dominante, para os espaços periféricos, dominados, do urbano para o suburbano. No entanto, foi a população excluída do espaço central que de fato determinou a produção da cidade. Belo Horizonte cresceu, contrariando as medidas disciplinadoras do espaço, no sentido oposto, da periferia para o centro, fenômeno que se repetiu em inúmeras cidades planejadas no Brasil.

À luz das novas formas de se pensar a história e na esteira dos movimentos sociais que buscavam a redemocratização do país e o efetivo exercício direito de cidadania, abre-se novas possibilidades de pensar o patrimônio. As pressões pela participação de grupos excluídos dos processos decisórios transformaram o universo das políticas públicas. Os direitos conquistados de participação direta na gestão pública possibilitaram maior envolvimento dos atores em questões de ordens diversas, sejam elas sociais, políticas ou ambientais, expressas na Constituição de 1988, que enfatiza o conceito de Patrimônio Cultural e assegura o direito à cultura,

essa prática social tão abrangente que atravessa todas as demais. Para a maioria dos brasileiros o direito à memória caminha junto com o despertar político... A preservação de sítios e monumentos do passado, tornados presentes pelo instrumento do tombamento, faz parte das reivindicações dos movimentos sociais (MONTE MÓR *et al*, 1995, p. 5).

Nesse sentido, o patrimônio passa a ocupar um papel central na reflexão não somente sobre a cultura, mas também se entrelaça com o planejamento urbano e do meio ambiente. O direito à memória, pauta de reivindicações dos movimentos sociais, se contrapõe às primeiras interpretações do patrimônio, relacionado à nação e à compreensão dos conjuntos urbanos e das cidades como “expressão estética, visualizados de acordo com os critérios estilísticos”, valorizando os “monumentos arquitetônicos” e a noção de “cidade monumento” (CASTRIOTA, 2009). Nesse sentido, a partir da ampliação do conceito,

o patrimônio foi deixando de ser simplesmente herdado para ser estudado, discutido, compartilhado e até reivindicado. Ultrapassam-se a monumentalidade, a excepcionalidade e mesmo a materialidade como parâmetros de proteção, para abranger o vernacular, o cotidiano, a imaterialidade, porém, sem abrir mão de continuar contemplando a preservação dos objetos de arte e monumentos eleitos ao longo de tantos anos de trabalho como merecedores da especial proteção. Passa-se a valorizar não somente os vestígios de um passado distante, mas também a contemporaneidade, os processos, a produção (SANTOS, 2001, p. 44).

Na década de 1990, em consonância com as reivindicações daqueles que se percebem como sujeitos de direitos, a compreensão do patrimônio urbano e cultural, passa a ser pensado de forma mais ampliada, e tem como objetivo orientar um planejamento cuidadoso que deve considerar as identidades nos seus diversos aspectos: econômicos, sociológicos, arquitetônicos, históricos (ARCANJO, 2017). Nesse sentido, para que se possa compreender a nova interpretação acerca do patrimônio se faz necessária uma abordagem acerca da atuação do poder público no campo que envolve não apenas as políticas culturais, mas também aquelas destinadas ao espaço urbano.

No campo da história, as análises macroeconômicas se associam às relações interpessoais entre indivíduos, grupos e classes e tomam como referência as vivências, memórias e representações. As pesquisas e temas passam a contemplar novos sujeitos históricos a partir de diversas fontes a partir das quais se busca compreender as diversas intencionalidades, discursos e representações. As ciências humanas procuram dar voz àqueles que foram silenciados: a participação e as culturas de pessoas anônimas passaram a ser registrados como história.

As mudanças nos estudos históricos no Brasil compreendem uma mudança que, para além das abordagens marxistas privilegia as dimensões cotidianas, vivências sociais e culturais. Essas novas interpretações constroem uma nova visão acerca do patrimônio, que se constitui agora como lugar de memória social, campo de conflito simbólico da sociedade, travado no jogo entre memória e esquecimento, historicamente vencido pelos grupos que podem impor sua memória a toda uma sociedade.

Ao pensar sobre a “estrutura social da memória”, Halbwachs (2006) afirma que, as memórias são construídas por grupos sociais: os indivíduos se lembram, mas são os grupos sociais que definem o que é memorável, e a forma como será lembrado. A memória possibilita a combinação entre o individual e o coletivo, uma vez que os fatos registrados permitem uma leitura e apropriação pessoal, ainda que sempre apoiada em referenciais coletivos. Assim, a memória coletiva compreende as individuais, mas não se confunde com elas. Segundo o autor,

Haveria, portanto motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior – ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. À primeira caberia ajuda da segunda, já que, afinal de contas, a história de nossa vida faz parte da história em geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos apresenta dele um panorama bem mais contínuo e mais denso (HALBWACHS, 2006, p. 160).

A memória coletiva pode ser definida como um conjunto de lembranças socialmente construídas: por meio dela os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo e se lembram até mesmo do que não viveram diretamente. A conexão entre passado pessoal e memória coletiva determina uma identidade sustentada pela lembrança de tempos passados, que estabelece um vínculo comum aos grupos que compõe a sociedade. A memória coletiva define, portanto, um sentimento de pertencimento, elemento constituinte de uma identidade social.

Na modernidade a memória coletiva transmitida pela tradição oral típica das sociedades tradicionais cedeu lugar à memória oficial, registrada e documentada, produzida por especialistas detentores das técnicas e da autoridade de articular os enunciados sobre o passado. Para Le Goff (2003), “A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”.

Segundo Nora (1995) a memória é vida, sempre carregada por grupos viventes e, desse modo, em permanente transformação. Assim, está aberta à lembrança e ao esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações; é um fenômeno sempre atual, um elo no eterno presente e pertence a um grupo que ela une: é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

Nas sociedades modernas, a acentuação da vida coletiva e a crescente valorização do individualismo geraram a desagregação dos laços de continuidade. Como mecanismo de compensação das perdas, surgiu a necessidade da criação de “lugares de memória” cuja função seria preservar as memórias coletivas, antes geridas pelos próprios grupos sociais (NORA, 1995).

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levantar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1995, p. 8).

Memória e história, longe de serem sinônimos, guardam oposições. Memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, desse modo, sempre em permanente evolução, aberta à lembrança e ao esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações. Ao contrário, história é sempre reconstrução problemática e incompleta do que não mais existe. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo no eterno presente; a história, representação do passado. A memória pertence a um grupo que ela une: é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1995). Segundo Motta (2013),

Memória e História são formas distintas de representação do passado, sem que se possa considerar uma superior à outra. A distinção está no fato da História operar com procedimentos científicos, um método, a crítica das fontes e a busca de evidências as mais amplas e diversificadas. O historiador deve desconfiar das suas fontes, inquiri-las em busca da verdade. Se o objetivo e a ambição da historiografia é a verdade, a Memória, por seu turno, tem como compromisso maior a fidelidade ao passado de que oferece testemunho (Motta, 2013, p. 61).

A memória social é portadora de historicidade, uma vez que as condições de construí-la são mutáveis: reflete as relações políticas, de possibilidades de exercício de direitos que cada grupo exerce em determinado tempo. Nesse sentido, a memória social será tão mais significativa quanto mais representar o que foi vivido pelos diversos grupos sociais e quanto mais mobilizar as identidades dos indivíduos.

As memórias, assim como as identidades e os lugares são construções em constante transformação, resultantes das ações e das interações entre os sujeitos. Nesse sentido, pensar as relações entre memória, identidade e lugar significa compreender que estas se estabelecem a partir de relações sociais que se desenvolvem em meio às lutas, negociações, conflitos e consensos entre os sujeitos.

Tomando como referência as novas fontes de pesquisa, que privilegiam diferentes escutas, o contexto de luta por direitos e conquistas de controle social que se consolidam na democratização das políticas culturais, os registros das histórias e memórias das favelas devem possuir como princípio norteador a inclusão, a socialização e a democratização, sendo constituídos a partir da afirmação e resistência de distintos grupos sociais. Para tanto, a adoção da metodologia da história oral permite trazer à luz as histórias de vida de sujeitos de distintas origens e culturas, que atribuem diversos sentidos aos lugares e aos objetos.

## **A Pedreira Prado Lopes: memória e história**

A Pedreira Prado Lopes é a favela de ocupação mais antiga do município de Belo Horizonte. A área onde se localiza foi ocupada por volta de 1910 por pessoas que vieram de várias regiões de Minas e até mesmo de outros estados, atraídas por promessas de prosperidade e oportunidades de trabalho que, na ocasião, surgiam juntamente com a construção planejada de Belo Horizonte. Seus primeiros moradores foram, portanto, trabalhadores que construíram a nova capital. Segundo registros da PBH, o nome dado à ocupação remete, em primeiro lugar, à família Prado Lopes, que era proprietária de vários terrenos naquela área, na qual existiam pedreiras que forneceram matéria prima para a construção da cidade: “No início das obras de Belo Horizonte, o então engenheiro Antônio Prado Lopes Pereira, de 1ª classe da comissão construtora da capital, 3ª divisão, já explorava o local para dali retirar pedras e usá-las na edificação de casas da cidade” (RIBEIRO, 2001, p. 57).

A origem da Pedreira Prado Lopes não se difere da origem das demais favelas da cidade, que remontam à fase de construção da cidade, que ainda em 1985, dois anos antes de sua

inauguração, já apresentava duas áreas ocupadas que abrigavam aproximadamente 3000 pessoas:

Como se sabe, esta foi a origem das primeiras favelas da cidade. Belo Horizonte era uma capital destinada às classes média e alta, não possuindo local para a instalação das pessoas de baixa renda que vinham do interior atrás de condições melhores de vida, seja saúde, emprego, educação, água e luz, ou para os que serviram de mão-de-obra na capital. Restava a elas a invasão de áreas públicas ou particulares, onde surgiram as primeiras vilas e favelas. A Pedreira não fugiu a esta regra, pois as pessoas que nela se instalaram não encontraram nada do que vieram procurar. No início de sua existência, ela não possuía nenhuma infraestrutura. Não havia água, luz, esgoto, calçamento. As casas não eram ainda de alvenaria, mas de adobe, madeira, latão. Os moradores conseguiam água através de cisternas e minas, usavam fossas e lamparinas (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, 1997).

A ocupação da Pedreira guarda estreita relação com as demais favelas surgidas no início da cidade de Belo Horizonte. De acordo com Guimarães (1992), inicialmente o poder público não demonstrou preocupação com as invasões e sim com a garantia da mão de obra necessária para a construção da cidade. Nessa perspectiva, além de não impedir que a ocupação de determinadas áreas, estimulou-as, especialmente em locais próximos aos canteiros de obras. Ao perceber o agravamento da questão, a Prefeitura estabeleceu normas que definiam, em 1902, um local para a moradia do trabalhador localizada na área central da cidade – a Área Operária – e promove a primeira remoção das favelas da história da cidade.

A solução encontrada pelo poder público se mostrou insuficiente, em função do grande fluxo da população em direção à área reduzida, o que resultou em novas “invasões”, e principalmente devido à presença dos pobres nas áreas previstas para ocupação dos grupos mais abastados, evidenciando o caráter segregacionista do projeto para a nova capital materializado na ocupação do solo. Assim, às elites estava destinada a área central da cidade, denominada “Zona urbana”, caracterizada pelos altos preços dos terrenos devido à especulação imobiliária e exigências para a construção e conservação das casas; aos pobres e trabalhadores, a “Zona suburbana”, a periferia, ocupada desordenadamente.

O surgimento de cafuas (casas de barro cobertas de capim) e barracos (casas de tábuas, cobertas com capim ou zinco) subverteu o projeto da nova capital que previa a expansão do espaço central ordenado, moderno e dominante, para os espaços periféricos, dominados, do urbano para o suburbano: a cidade cresceu no sentido oposto, sendo a população excluída do espaço central que de fato determinou a produção da cidade. Assim, a intenção dos idealizadores de exercer estrito controle sobre o espaço foi subvertida pela força do

mercado imobiliário e pelos demais agentes que moldam a cidade, o que não eram particularidades da cidade planejada e refletiam a forma de tratar a questão habitacional no país.

A imagem da Pedreira, semelhante à de outras favelas da capital, é marcada, ao longo de sua história, pelo estigma da criminalidade, ilegalidade e violência, sendo reproduzida por grande parte dos moradores da cidade. Em meio aos discursos que destacam a degradação e a precariedade dos espaços urbanos, é possível redefinir e ampliar, tomando como referência as recentes preocupações da historiografia em retomar temas, experiências e temporalidades antes esquecidos, as possibilidades de análises sobre a cidade. Assim, as transformações na historiografia se relacionam com novas formas de pensar as cidades e as relações que se desenvolvem em seus espaços, necessárias em um tempo marcado pela aceleração e destruição, em contraste com outros tempos, das permanências, da continuidade e da memória.

Os estudos sobre as cidades passaram por significativas mudanças em função da aceleração de suas próprias transformações. Maria Izilda de Matos (2002), ao pensar as relações entre historiografia e cidade, percebe um conjunto de tendências que orienta as análises: ao final do século XIX e início do XX, a questão higiênico-sanitarista se constituiu tema constante dos estudos sobre as cidades. Buscava-se, assim, dar ao espaço uma qualidade universal e manipulável, através da “racionalidade e objetividade” da ciência, com o intuito de conduzir a luta contra o arcaico pela “ordem e progresso”, em consonância ao desejo de “ser moderno”. Nesse processo, a problemática da cidade foi perpassada pelos pressupostos da disciplina e da cidadania, sendo reconhecida como palco de tensões sociais.

Os discursos oficiais prevalecem em grande parte das análises que, ao apresentar modelos e planos tinham como objetivo corrigir e estigmatizar as experiências urbanas, bem como os grupos sociais. Essa dimensão pode ser percebida nos discursos proferidos à época da inauguração da nova capital de Minas Gerais, concebida sob os preceitos modernizadores e higienistas vigentes no período. Os habitantes do antigo Curral Del Rey, lugar escolhido para abrigar a nova capital, são vistos como um problema a ser resolvido, ou melhor, removido. Segundo Alfredo Camarate, um cronista republicano,

O tipo geral deste povo é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria; havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos. Ora, esta fisionomia quase geral da população de Belo Horizonte desarmoniza completamente com a amenidade do clima, com o ar seco e batido quase constantemente pela brisa, com a natureza do solo, que é magnífica (CAMARATE *apud* ASSIS, 1995: 9).

Contemporaneamente, percebe-se no cotidiano das cidades as tensões que emergem vivenciadas de forma fragmentada e diversificada de seus habitantes, permitindo entrever, na contramão das representações construídas pelos estudos acadêmicos, técnicos e nas fontes oficiais, a diversidade urbana (MATOS, 2002).

Para captar as sutilezas dos territórios, é necessário, além da escuta daqueles que vivenciam e constroem os espaços, a compreensão das representações construídas pelos documentos e discursos oficiais. Nesse sentido, a apreensão da terminologia adotada para se referir aos lugares constitui-se referência para a percepção dessas construções: o uso da expressão “invasão de áreas públicas”, presente nos documentos oficiais, naturalizada e incorporada por parte dos habitantes das cidades na atualidade, permite pensar acerca da imagem construída sobre aqueles que não possuíram – e ainda não possuem – o direito à cidade. A expressão reforça o estigma da ilegalidade, e justifica, em grande parte as intervenções “modernizadoras”.

Cabe ressaltar que uma grande pauta de luta e linha de resistência dos movimentos sociais atuais está na defesa do termo ocupação em contraposição a terminologia invasão. De acordo com os atores sociais presentes nos movimentos, ocupação é a forma mais legítima de defender quem luta por direito à cidade, já que é carregado de sentido político (SANTOS; MAYORGA, 2017).

Da mesma forma, mesmo existentes em diferentes lugares, contando com diferentes tipos de equipamentos urbanos, características socioambientais distintas e apresentando grande diversidade em relação à forma de ocupação e modo de vida dos seus moradores, as favelas possuem uma representação homogeneizada, construída grande parte das vezes pelas ausências. Nesse sentido, as favelas são percebidas pelos gestores, pelos investidores privados e até mesmo pelas organizações sociais, como categoria “universal”. Como consequência, a prevenção da violência e a ilegalidade constituem grande parte dos discursos que orientam e justificam as intervenções (SILVA, 2009).

Na “cidade-memória” (Matos, 2002), construção que abriga inúmeras percepções, modos de viver e de conceber espaços, destaca-se a noção de territorialidade, lugares que, para além da existência material, se transformam, aos olhos do pesquisador, em espaços de sociabilidades. A cidade não é apenas um território formado por ruas, casas, bairros, pessoas, grupos e instituições sociais, é um espaço simbólico, porque molda coercitivamente os hábitos e costumes do cotidiano que, por sua vez, permite a estruturação comunitária e a construção de territórios (MAFFESOLI, 1994).

Nesse sentido, os becos e as ruas das favelas, espaços de grande adensamento, sobre os quais as edificações se expandem, ocupam os espaços possíveis, se encostando e se

sobrepondo às demais construções, conformam os espaços públicos, e apresentam diferentes apropriações: espaço de passagem, da atividade doméstica, das brincadeiras das crianças, enfim, do encontro.

Nos becos e ruas das favelas, a precariedade dos espaços de permanência, se comparados aos espaços urbanizados das cidades, revelam distintas apropriações do espaço e das relações nele estabelecidas: constituem a sociabilidade e definem a construção de um território, que, mais que um espaço social, exprime uma representação física, afetiva e política do processo de apropriação. Segundo Maffesoli (2001, p. 87),

os menores gestos da vida cotidiana, (...) todos esses “pequenos nada” que materializam a existência e que a inscrevem num lugar são, na verdade, fatores de socialidade. Podemos mesmo dizer que, através de seu aspecto anódino, eles produzem sua intensidade.

A pesquisa realizada por Núbia Ribeiro (2001), revelou a história e a memória da Pedreira Prado Lopes. O trabalho, realizado por meio de documentos oficiais e entrevistas com os moradores, revelou aspectos desconhecidos pela história oficial abordando aspectos relativos aos problemas das favelas e aos seus moradores, temas como o espaço urbano, as relações sociais, a espoliação espacial, exploração e segregação do espaço, assuntos que tomam como referência os estudos marxistas que tratam das contradições da formação capitalista do espaço. No encontro da história social e das contribuições da teoria marxista, a história e a memória da Pedreira emergiram na história da cidade, revelaram, contrariando as narrativas construídas pela história oficial que definiam aquele espaço como o lugar da violência, da ilegalidade, carência, do atraso, as distintas formas de apropriação dos espaços, sociabilidades, dos jeitos de viver como parte da resistência a uma condição marginalizada.

A Pedreira Prado Lopes é predominantemente residencial, e possui serviços coletivos internos e no seu entorno, tais como escolas, igrejas, centro de saúde e comercial, bem como pequenos comércios como bares e vendas, muitas vezes ocupando parte da residência. Seus espaços estão em constante transformação, seja em função das vivências cotidianas, ou pelas inúmeras intervenções realizadas e ainda em curso pelo poder público. Ao longo dos últimos anos foram realizadas diversas obras na Pedreira Prado Lopes. Nesse sentido, retomar a história da Pedreira a partir das intervenções sofridas nos últimos anos, possibilita pensar as novas formas de sociabilidade e apropriação de seus espaços mediante as transformações realizadas pelos programas de urbanização de vilas e favelas. Compreender as relações estabelecidas entre novos e antigos moradores, entre os

moradores, o poder público e o terceiro setor, permitem captar, à luz das transformações realizadas dos espaços, as novas dinâmicas culturais do lugar.

Em contextos sociais urbanos é possível apreender duas formas de atribuição de sentido à identidade cultural de um bairro. Uma delas advém do exterior, em especial, instituições como a mídia, e apresenta usualmente concepções reificantes, redutoras. Já a outra é produzida, sobretudo no interior do bairro, moldada a partir das experiências de vida do cotidiano local. Ou seja, essa segunda forma de pensar a identidade do bairro:

Acompanha a experiência dos episódios de interação ali diariamente repetidos, a inserção nas redes sociais que atravessam o bairro, os modos de vida nele estabelecidos, as socializações localmente experimentadas, as práticas culturais produzidas e partilhadas nesse quadro específico de relacionamento social. Tudo isso redobrado da geração continuada, entre a população local, tanto de representações simbólicas do bairro como entidade distinta, como de fortes sentimentos de pertencer a ele – isto é, de formas endógenas e vividas de identidade cultural (COSTA, 2002, p.26).

Compreender a percepção dos novos e antigos moradores permite captar, à luz das transformações realizadas nos espaços, os sentidos atribuídos àquele lugar. Para tanto é necessário, além da escuta daqueles que vivenciam e constroem os espaços, a compreensão das representações construídas pelos documentos e discursos oficiais. Tomando como referência os novos olhares acerca do patrimônio, por meio das narrativas de seus moradores, a Pedreira Prado Lopes, se constitui “lugar de memória”.

A imagem da Pedreira, tal como produzida pela imprensa e apropriada por grande parte da população da cidade é a da violência. A região na qual se insere possui elevado índice de criminalidade e é, comumente, assunto de reportagens policiais. Os moradores discordam dessa generalização e enaltecem, dentre outras qualidades, a luta pela construção e permanência naquele lugar:

Quando a gente estava na luta forte mesmo pra tudo acontecer, o nosso lema pra poder tentar trabalhar com morador, era falar que ao invés de mudar da Pedreira a gente tinha que mudar a Pedreira, quer dizer, melhorar a Pedreira, né?... porque aqui é uma área central... Aqui nós estamos perto de tudo, a facilidade é muito grande. Qual bairro tem o que nós temos aqui? Não tem! Então isso favorece muito de querer ficar... às vezes você que ir embora, mas você pensa assim: Nossa... Quando eu for pra longe... tem que pegar ônibus, aquela coisa toda (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018).

As narrativas permitem entrever pessoas, lugares e objetos, referências culturais constituídas pelos moradores e que constituem o patrimônio da Pedreira. Sobre a formação da Pedreira, a moradora relata:

Pelo mais ou menos que eu entendo a Pedreira também foi quilombo... se você procurar pela história a Pedreira foi quilombo, porque a maioria no começo dela é negro e indígena. Só foi sendo popularizada mesmo pelo pessoal do interior, eu tenho que lembrar, eu esqueço o nome desse prefeito que prometeu casa pro pessoal do interior que vieram pra cá com a intenção de ganhar casa... pra não ganhar nada, "né" (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018)?

A moradora em sua fala estabelece relação entre os quilombos – espaços de resistência, negociação, rejeição e convivência durante o período colonial, e a favela, espaço constituído por grupos também marginalizados e de luta cotidiana pela sobrevivência que se inicia, antes de tudo, pela permanência naquele lugar. Na tessitura da narrativa, a moradora constrói uma memória do espaço como lugar de resistência e rompe o sentido de linearidade na história por meio da memória, que permanece e se atualiza. A memória do quilombo permite estabelecer um vínculo comum com os grupos com os quais se identifica. Desse modo, a memória coletiva, reconhecida como narrativa legítima do passado, atua como elemento constituinte de uma identidade social.

Diante da multiplicidade de identidades sociais e da coexistência de memórias concorrentes, os diferentes grupos sociais constroem diferentes visões sobre o que deve ser lembrado, e o motivo pelo qual algo se torna digno de memória. É o que Burke (2006) denomina, tomando como referência os conflitos na interpretação de textos, como “comunidades de memória” em distintas sociedades e questiona: “Quem quer que quem lembre o que e por quê? De quem é a versão registrada ou preservada”? (BURKE, 2006, p. 84). Ao ser perguntada sobre o que entende por patrimônio, a moradora responde:

Patrimônio é quando você é dono de alguma coisa, você tem alguma coisa... ou que você ganha alguma coisa e passa a ser um patrimônio seu. O patrimônio da Pedreira é história dela, né?... é um patrimônio antigo. As pedras minha filha, serviram pra Belo Horizonte. E eu acho que muita coisa que acontece aqui acaba refletindo lá fora, e dentro do patrimônio dela tem os equipamentos públicos que estão aí dentro (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018).

Os moradores da Pedreira, ao longo das lutas por melhoria na qualidade de vida, acumularam histórias e memórias ao longo dos tempos, construídas sobre seus espaços. Segundo a entrevistada, morar na Pedreira

“Envolve tudo, né?... A gente tem o lado bom, o lado ruim, tem histórias, tem tudo aqui... Acho que ser morador da Pedreira não é ser morador de... que eu falo assim: nós somos morador do Alphavela e não Alphaville, né”? É interessante, porque é uma comunidade que é bem variada. E a gente tem de tudo aqui (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018).

Delgado (2006), ao dissertar acerca da pesquisa oral, destaca a multiplicidade dos movimentos da História se traduzem por mudanças lentas ou abruptas, por conservação de ordens sociais, políticas e econômicas e também por reações às transformações. Ao se tratar de uma pesquisa histórica, cujos objetivos se voltam para um grupo de pessoas, que foram excluídas das benesses do desenvolvimento social e cultural da capital, e que por esta razão, não tem ainda registros sistemáticos sobre suas origens e transformações, o uso da história oral se faz importante neste trabalho.

A perspectiva etnográfica a ser utilizada toma como referência Geertz (1989). Para o autor, a cultura compreende um conjunto unificado de sistemas, teias de significados. Assim, no campo de pesquisa, elementos como o mito, a arte, a escrita, a poesia, a religião, a comunicação, a moda e os próprios sujeitos conformam um conjunto complexo de significados. A etnografia é a compreensão da relação entre esses significados. A pesquisa etnográfica ocorre, assim, em dois momentos: um primeiro no qual o pesquisador faz descrições superficiais – sobre aquilo que presencia no seu contexto de pesquisa, e um segundo momento, a descrição densa, o encontro do que foi observado com as teias de significados por ele interpretadas.

No sentido atribuído por Geertz (1989), a descrição de culturas, com o objetivo de descrever analiticamente o processo, trata-se de estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, anotar, registrar e analisar. Buscando os diferentes significados atribuídos à Pedreira Prado Lopes de forma complexa e densa, mostrando os vários olhares daqueles que vivenciam e constroem seus espaços cotidianamente.

## **Considerações finais**

Inúmeros são os desafios e dilemas impostos cotidianamente aos moradores da Pedreira: a memória social, tomada como forma de poder, não é construída sem conflitos. Espaço de disputas, escolhas e negociações, as narrativas sobre o território como espaço vivido, também refletem as relações políticas e as visões de mundo dos distintos sujeitos que a ele

atribuem diversos significados. Tais desafios podem ser percebidos a partir da existência de vários grupos e associações locais, reveladores de distintas posturas em relação às expectativas para a Pedreira. Tais conflitos são inerentes e necessários para a construção de uma sociedade: é possível pensar que a memória social será tão mais expressiva quanto mais representar os significados do vivido pelos distintos grupos. Nesse sentido, a despeito dos conflitos e dilemas, por meio das experiências vividas cotidianamente, os sujeitos assumem o protagonismo das narrativas de suas memórias e se concebem como instrumento para a resistência e mudança social.

## Referências

ARCANJO, Loque. Olhares sobre o bairro Lagoinha: educação patrimonial, imagens, cotidiano e memórias. In: ICOMOS, 2017, Belo Horizonte. Anais 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil, 2017.

ASSIS, Eleonora Sad. O plano de Belo Horizonte em fins de século XIX: O enunciado e o visível. São Paulo: FAU/USP, 1995.

BURKE, Peter. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2006.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. SP: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

COSTA, António Firmino. Identidades culturais urbanas em época de Globalização. *Rev. bras. Ci. Soc.* v.17, n. 48, São Paulo, Fev., 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral: memória, tempo, identidades. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUIMARÃES, Berenice M.. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. Análise e Conjuntura FPJ, Belo Horizonte, v. 7, n 2 e 3, mai./dez., 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques [et al.] . *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MAFFESOLI, Michel. O poder dos espaços de celebração. *Tempo Brasileiro*: Rio de Janeiro, v.116, p.59-70, jan./mar. 1994.

MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente: por uma sociologia da vida cotidiana*. Natal: Argos, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História (10). São Paulo: EDUC, 1995.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. Patrimônio e Memória. São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, p. 56-70, janeiro-junho, 2013.

MONTE MOR, Roberto Luis de Melo. Encruzilhadas das Modernidades e Planejamento. In: V Encontro Nacional da ANPUR, 1995, Belo Horizonte. *Anais do V Encontro Nacional da ANPUR*, 1995.

RIBEIRO, Núbia Braga *et al.* Becos da memória, desenhos de cidadania. Pedreira Prado Lopes: a vila no trajeto de sua história oral. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte, 2001.

SANTOS, Luana Carola; MAYORGA, Claudia. Entre as fronteiras do morar e o direito de decidir: uma etnografia das famílias removidas da Vila da Paz na cidade de Belo Horizonte. *Revista de Direito da Cidade*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 233-275, jan. 2017.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol.15, n.2, pp. 43-48.

SILVA, Jailson de Souza e. (Org.). O que é favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

URBEL – Companhia urbanizadora de Belo Horizonte. Diagnóstico social, 1997.

VALLADARES, Licia; COELHO, Magda. Governabilidade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995. p. 65.